

# A relação entre trabalho, cooperação e educação nas pesquisas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Célia Regina Vendramini\*

## Resumo:

O presente artigo é fruto de análise sobre a produção acadêmica (dissertações e teses disponíveis no Banco de Teses da CAPES) a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial sobre as pesquisas que abordam a relação entre trabalho, cooperação e educação. Destacamos as pesquisas que avaliam a experiência cooperativista no interior do Movimento, com base em diferentes concepções: os que compreendem que os problemas da cooperativa dizem respeito aos limites dos próprios cooperados e/ou do MST; os que estabelecem uma relação entre o sucesso ou insucesso da cooperativa e a formação política e técnica dos cooperados; os que criticam a ênfase na dimensão econômica das atividades coletivas nos assentamentos, inspirada na visão empresarial de gestão e racionalidade econômica do mundo da mercadoria; os que criticam a redução da cooperação à cooperativa; e, por fim, os que analisam os limites e as possibilidades das cooperativas no modo de produção capitalista, identificando as tensões entre o velho e o novo.

**Palavras-chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Movimentos sociais rurais. Cooperativas.

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa – Portugal. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

## Introdução

As reflexões apresentadas neste texto fazem parte de uma pesquisa sobre as dissertações e teses que vêm sendo desenvolvidas nas universidades sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas ações. Nesta direção, fizemos um mapeamento do conjunto das pesquisas, em termos de áreas e universidades predominantes e em termos de temáticas, no caso das pesquisas em Educação, bem como uma análise das pesquisas que tratam das questões do trabalho, da cooperação e da educação. Visto que o MST contesta e, ao mesmo tempo, propõe, é sobre as proposições, ou seja, sobre as experiências que estão sendo construídas que focamos nosso estudo, por meio da produção acadêmica.

As fontes de pesquisa são as dissertações e teses sobre o MST no Banco de Teses da CAPES (período 1987 a 2006), por meio da análise do título, palavras-chave e resumo de todos os trabalhos, e análise das produções que tratam da relação entre trabalho, educação e cooperação, em todas as áreas.

O levantamento das dissertações e teses sobre o MST no Banco de Teses da Capes, complementado por pesquisa de Souza (2006a) e por referências bibliográficas dos próprios trabalhos em análise, localizou 420 produções: 336 dissertações de mestrado – destas, 97 foram desenvolvidas na área da Educação; e 84 teses de doutorado, das quais 28 são da área da Educação.

As produções que abordam as questões sobre trabalho, educação e cooperativas totalizam: 43 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado, em diferentes áreas do conhecimento.<sup>1</sup> Estas pesquisas versam sobre temas que podem ser agrupados em três grandes questões: o potencial da cooperação na luta e organização do movimento; a experiência de cooperativas nos assentamentos; a relação/contradição entre a proposta educacional do MST e a proposta produtiva e organizativa.

Esse conjunto de temas referentes à experiência cooperativista desenvolvida pelo MST pode ser analisado por diferentes aspectos. A questão na qual nos detemos neste artigo diz respeito às pesquisas que avaliam a experiência cooperativista no interior do Movimento, com base em diferentes concepções. Nosso objetivo é o de identificar estas concepções para compreender as análises que têm sido feitas pelos pesquisadores a

respeito de uma experiência que demonstra grandes avanços, mas que tem enfrentado obstáculos ainda maiores. Compreendemos de antemão que os problemas enfrentados pelas cooperativas são históricos, remontam às iniciativas dos socialistas utópicos nos primórdios do século XIX e expressam os limites da cooperação e da autogestão no interior das relações capitalistas de produção.

### **A experiência cooperativa no interior do MST**

As cooperativas de trabalhadores do MST foram construídas como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra assentados, no sentido de possibilitar de forma coletiva a sua permanência na terra e de mantê-los mobilizados junto ao Movimento. É uma proposta que vem sendo experimentada e reavaliada desde o final da década de 1980, quando começaram os primeiros debates e preocupações com a questão. Constituiu-se numa experiência complexa e contraditória, na medida em que procurou aliar a organização política emancipatória do MST com cooperativas voltadas para o mercado.

O que se observa, como superior, é a tentativa de superar o trabalho individual/familiar, com o objetivo de constituir o trabalho coletivo, algo que moveu o MST na direção da criação de formas cooperativistas de produção nos assentamentos.

A experiência do MST é contraditória, assim como o é a realidade. É um movimento social que precisa responder as questões imediatas de sua base, de um conjunto de trabalhadores sem-terra, desempregados e, inclusive, marginalizados que já não têm como continuar se reproduzindo. O movimento trava uma luta que depende da intervenção do Estado para a desapropriação de terras, para o financiamento da produção, para políticas públicas de saúde, de educação, de estradas e transporte. Ao mesmo tempo, suas lideranças percebem que a luta pela socialização da terra e dos meios de produção não é algo possível no interior das relações capitalistas de produção. Como o capital no Brasil se impôs mantendo a grande propriedade e criando condições de submissão comercial, industrial, tecnológica e financeira da pequena propriedade, não há qualquer interesse na realização da reforma agrária, como aconteceu em outros países. Ainda que muitas áreas tenham sido conquistadas pelos sem-terra organizados e

transformadas em assentamentos (até 2004, totalizam 1.649 assentamentos e 105.466 famílias assentadas, segundo dados do MST) (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, [2007]), via ocupação e violento enfrentamento, não tivemos até o momento nem vemos qualquer perspectiva de uma política de redistribuição das terras no País.

Nesse contexto, a experiência do MST é grandiosa e também trágica! Ela é capaz de mobilizar milhares de homens, mulheres, jovens e crianças que resistem, denunciam e também constroem positivamente alternativas coletivas de vida. Lança um conjunto de pessoas que não têm outra opção para o enfrentamento e, também, para a ilusão ou desilusão diante das (im)possibilidades materiais de produção da existência humana nas atuais relações sociais.

A cooperativa é um empreendimento que expressa tais contradições: ela é expressão de um movimento de criação de novas relações sociais pautadas na cooperação e na produção coletiva, num contexto em que predominam as velhas relações de produção.

A cooperação agrícola nos assentamentos é um elemento importante para caracterizar a continuidade das lutas após a conquista da terra.

O MST defende a necessidade de implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos como uma das formas para fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade. As cooperativas devem ter objetivo maior do que os benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos. Devem contribuir para a conscientização política dos assentados, posicionando-se favoravelmente à ampliação das lutas dos trabalhadores. (FABRINI, 2003, p. 112).

Entretanto, todos os trabalhos analisados que pesquisam experiências de cooperativas em assentamentos do MST apontam suas grandes dificuldades de sobrevivência em termos econômicos, bem como problemas de natureza política.

Há consenso entre todos os pesquisadores de que o contexto político brasileiro não favorece as cooperativas. Além do que, há uma criminalização dos movimentos sociais, entre eles o MST, e perseguição

às suas cooperativas, escolas, assentamentos, acampamentos e ocupações. Fabrini (2003) menciona todas as investidas do governo federal e da mídia para desestabilizar as cooperativas e o MST.

Portanto, é preciso considerar o contexto em que as cooperativas e os assentamentos se organizam. Os assentamentos só são viabilizados após um longo e intenso processo de lutas, permeado por inúmeros conflitos, perseguições e prisões de lideranças, ameaças de morte, assassinatos e massacres. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2008), em 2006 houve um aumento de 176,92% das tentativas de assassinato em relação a 2005. O número de prisões também sofreu um significativo aumento, de 261 trabalhadores presos em 2005 para 917 em 2006. Houve, também, um crescimento de 2,63% no número de assassinatos. Em 2006, 39 pessoas foram assassinadas.

Junte-se a isso a ausência de uma política agrícola que beneficie os pequenos produtores rurais. Na década de 1990, os assentados perdem o PROCERA (um programa especial de crédito para a reforma agrária) e o LUMIAR (programa de assistência técnica). Sem crédito, sem assistência técnica, sem transporte e estradas adequadas, sem uma política de preços, ao lado da apropriação privada também das sementes para o plantio, os assentados têm poucas perspectivas concretas de permanência na terra.<sup>2</sup>

Enfim, as pesquisas mostram os desafios que assentados e dirigentes do MST enfrentam na organização da produção nos assentamentos. São questões internas ao assentamento e ao movimento social, como a trajetória de vida e de trabalho das famílias, a relação entre os dirigentes do MST e os trabalhadores, e a diversidade de objetivos e opiniões dos assentados sobre a cooperação, e questões externas, como a conjuntura política e econômica, a variação dos preços dos produtos agrícolas, a oferta precária de créditos agrícolas e a infra-estrutura deficiente em muitos assentamentos. (SOUZA, 2006, p. 124)

Para compreender as diferentes perspectivas acerca da experiência cooperativista dos assentamentos do MST, classificamos os trabalhos analisados (teses e dissertações que tratam da relação entre trabalho, cooperação e educação) em cinco grupos:

- ♦ pesquisadores que compreendem que os problemas da cooperativa dizem respeito aos limites dos próprios cooperados e/ou do MST;
- ♦ os que estabelecem relação entre o sucesso ou insucesso da cooperativa e a formação política e técnica dos cooperados;
- ♦ os que criticam a ênfase na dimensão econômica das atividades coletivas nos assentamentos, inspirada na visão empresarial de gestão e racionalidade econômica do mundo da mercadoria;
- ♦ os que criticam a redução da cooperação à cooperativa;
- ♦ os que analisam os limites e as possibilidades das cooperativas no modo de produção capitalista, identificando as tensões entre o velho e o novo.

Alertamos que o agrupamento das pesquisas nas cinco concepções nos ajuda a identificar as análises que têm sido realizadas a respeito da experiência cooperativista do MST, bem como os limites destas análises na compreensão de um fenômeno social extremamente complexo. Entretanto, a classificação adotada não pode ser tomada em absoluto. Observamos que, nas pesquisas, as concepções podem ser complementares. Por exemplo, há estudos que atribuem as dificuldades das cooperativas à sua lógica economicista e também aos limites dos próprios cooperados, em termos de capacidade de gestão ou de falta de escolarização. Portanto, as concepções que apresentamos abaixo não são excludentes entre si.

Outro esclarecimento de cunho metodológico a ser feito diz respeito às teses e dissertações que tomamos como referência para a análise. Trabalhamos com casos exemplares, isto é, com estudo aprofundado de pesquisas que são expressão de um conjunto de estudos que têm como base uma mesma concepção teórico-metodológica a respeito do problema, no caso específico, das cooperativas de trabalhadores sem-terra do MST.

Os critérios utilizados para a seleção e o agrupamento das teses e dissertações foram baseados no tipo de análise que os autores fazem da cooperação e a que fatores atribuem o sucesso ou insucesso das cooperativas.

## Os limites dos cooperados e do MST

Na teoria funciona, só que na prática não é fácil. Para nós, que somos agricultores, atrasados, que não temos

estudo, não temos nada, e pegar uma coisa assim e fazer funcionar, é difícil. Até os companheiros que tinham um pouquinho mais de estudo não conseguiram administrar. E hoje nós temos o maior problema por causa disso. (ENTREVISTADO da COOPROSERP, apud SIZANNOSKI, 1998)

Neste enfoque, agrupamos os autores que compreendem que os problemas da cooperativa dizem respeito aos limites dos próprios cooperados e/ou do MST, considerando diversos fatores:

- ♦ (in)capacidade de gestão do empreendimento;
- ♦ deficiências em termos de capacidade de geração de receitas;
- ♦ aproveitamento ineficiente da força de trabalho disponível;
- ♦ lógica empresarial das cooperativas;
- ♦ produção para o mercado;
- ♦ concepção de cooperativa elaborada pela direção dos sem-terra, inspirada na visão empresarial de gestão e racionalidade econômica do mundo da mercadoria;
- ♦ incentivo ao consumo de produtos industrializados pelos assentados;
- ♦ contradições entre os ideais autogestionários e socialistas que inspiram essas experiências e a prática de assalariamento (as cooperativas empregam força de trabalho como condição para a sua reprodução), gerando tensões entre o coletivo e individual;
- ♦ carência de formação política e técnica.

Lembramos aqui de Adam Smith:

[...] esse arguto observador das condições da Inglaterra sob o avanço triunfante do “espírito comercial” não encontra outra solução a não ser uma denúncia moralizadora dos *efeitos* degradantes das forças ocultas, culpando os próprios trabalhadores em vez do sistema que lhes impõe essa situação infeliz. (MÉSZÁROS, 2002, p. 29).

Observamos que as concepções que atribuem ao indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso social têm fundamento no

liberalismo. John Locke, por exemplo, depositava uma grande crença nos “direitos naturais do indivíduo”. Segundo ele,

[...] cabe ao governo garantir, a cada indivíduo, o desenvolvimento de seus talentos e aptidões, em competição com os demais, ao máximo da sua capacidade. O princípio pautado no individualismo liberal presume que as pessoas escolhem voluntariamente: elas fazem aquilo que lhes interessa e o que são capazes de fazer, e isso as conduz a um determinado estágio de pobreza ou de riqueza. (FIOD, 2006, p. 2).

Tais princípios continuam a fazer-se ideologia na atualidade, sob o manto do chamado neoliberalismo ou liberalismo pós-moderno, com uma perversidade muito maior.

Parecido com o que o precede, não se cansa de lamentar as mazelas desta sociedade. Como antes, atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Quer fazer crer que a condição de pobreza ou de riqueza de cada um depende do empenho, esforço, do talento e do trabalho, ainda que nesta sociedade impere o desemprego. (FIOD, 2006, p. 12).

Mészáros (2002) também faz referência aos chamados socialistas utópicos. Considera que a experiência utópica de Owen em Lanark estava condenada ao fracasso, pois ele tentou reconciliar a concepção de uma utopia liberal/reformista com as regras implacáveis da ordem do capital. O autor não considera tais idéias dos utópicos e reformistas como “erro” dos pensadores, o qual, por sua vez, deve ser corrigido com um raciocínio adequado. Na realidade, as soluções propostas por eles devem-se à *incorrigibilidade da lógica perversa do capital*.

Analisamos que a superação de muitas das dificuldades observadas nas cooperativas não dependem da vontade dos cooperados. Por uma necessidade histórica, os assentados, ao constituírem a cooperativa, têm como finalidade o prover da sua existência. Para as cooperativas manterem-se na lógica competitiva do mercado, necessitam empreender vários esforços, situação que requisita disponibilidade de tempo, dedicação, atividades repetitivas e, em algumas situações, condições de auto-exploração por parte dos trabalhadores.

Uma pesquisa desenvolvida por Sizannoski (1998, p. 128) na cooperativa COOPROSERP, no Estado do Paraná, indica que a cooperativa convive com muitos problemas: saída de famílias, dificuldade de adaptação ao trabalho coletivo, de gerenciamento, de organização. Entretanto, compreende que “[...] a saída para esses problemas das CPAs não está nela, mas fora. O problema não é de administração, de falta de força de trabalho ou abandono. Se inscreve num modelo econômico, ao qual o projeto de coletivização é completamente conflitivo” (SIZANNOSKI, 1998, p. 128).

### **A formação política, técnica e escolar**

“As cooperativas, ou o sonho de implantá-las, passa pela viabilidade econômica, social e política destas. E, para tanto, o MST necessita de qualificar assentados para a gestão cooperativa” (MENEZES NETO, 2003, p. 162).

A partir desta perspectiva, encontramos diversas pesquisas que propõem análises diferenciadas a respeito da relação entre ensino e trabalho cooperado: as que depositam uma forte crença no papel da educação para a mudança social, com ênfase para a produção em cooperativas; as que percebem no MST uma tendência para buscar saídas educacionais diante dos problemas cruciais enfrentados pelos assentados e pelas suas cooperativas; e as que compreendem que há uma relação dialética entre formação, trabalho e cooperação, não atribuindo papel exclusivo para a educação e a qualificação.

Novamente, trazemos ao debate as influências do liberalismo e dos ideais utópicos na base das concepções que apontam o problema das cooperativas na natureza educacional e nos processos de qualificação.

Do lado do liberalismo, identificamos um de seus expoentes, John Locke, o qual recomendava para os filhos dos pobres instituições reformatórias, de caráter moralizante e disciplinar. Podemos, também, lembrar de Adam Smith, o qual advogou a necessidade de um esforço educacional especial para reparar as conseqüências advindas da divisão do trabalho que empobrecem o homem.

Como Smith não pode questionar a estrutura econômica do capitalismo, cujo ponto de vista ele

representa, deve procurar os remédios para os efeitos negativos do “espírito comercial” fora da esfera econômica. Acaba, assim, com uma defesa moralizante de um antídoto educacional pouco realista. (MÉSZÁROS, 2006, p. 268)

Do lado dos utópicos, mencionamos Owen, que propunha, da mesma forma que outros socialistas utópicos, a solução dos problemas originados pela exploração capitalista por meio da educação.

Segundo Manacorda (1997), Robert Owen pretendia instituir um sistema de instrução e de organização do trabalho, visando a restituir dignidade humana e cultura aos operários e aos seus filhos, corrigindo os efeitos desumanizantes da divisão do trabalho.

O que imprime caráter utópico às teses de Owen é o crédito atribuído à multiplicação da razão pela propaganda e pela educação. O grande limite do alcance de seu projeto estava na crença de que bastaria um sistema de instrução para modificar a sociedade corrompida e desigual. Para ele, a luta de classes era desnecessária.

Para Mézáros (2005, p. 31), Owen “[...] tenta conseguir o impossível: a reconciliação da concepção de uma utopia liberal/reformista com as regras implacáveis da ordem estruturalmente incorrigível do capital”.

Os projetos utópicos tinham a intenção de promover mudanças comportamentais nos indivíduos e, por esse motivo, incluíam a organização de sistemas e métodos de formação e instrução. A classe trabalhadora era percebida como despossuída, oprimida e geradora de riqueza social sem dela desfrutar. Neste sentido, os pensadores planejavam uma sociedade na qual a exploração e a desigualdade deixassem de predominar.

Os utópicos não tinham apenas uma consciência crítica dos males do presente, como apresentavam um projeto de futuro, que implicava a superação da sociedade de seu tempo. Com fé inabalável na razão e na onipotência do pensamento, acreditavam que a educação e a universalização do conhecimento científico eram o caminho para transformar a sociedade e o homem.

As idéias utópicas e liberais, que aspiravam realizar mudanças por meio da elevação da consciência e da razão, proliferaram no início da modernidade e continuam com força na atualidade.

Mohr (2006), em sua dissertação de mestrado sobre a formação para o trabalho no contexto do MST, observa a atribuição de responsabilidades demasiadamente amplas para a educação por parte do Movimento. Observa o risco de depositar uma grande esperança de que a construção de um novo modelo de escola formará novos sujeitos, que, por sua vez, serão capazes de transgredir a ordem e implementar uma nova sociedade. Percebe que a formulação de propostas educacionais, por mais radicais que sejam, não garante sua materialidade, tornando-se necessária uma intervenção ativa em todas as esferas da sociedade.

Em geral, as expectativas em relação à educação são muito grandes, atribuindo-se ao processo educacional uma responsabilidade bastante abrangente: a de formar indivíduos produtivos, capazes de interagir ativamente na sociedade. Essa intenção nem sempre é correspondida, tendo em vista o quadro social que se apresenta. A integração ao mundo produtivo não depende apenas da qualificação dos sujeitos; isso se observa na quantidade de profissionais habilitados que compõem as filas do desemprego.

Contudo, parece evidente que a relação do sistema de escolarização com o volume e a estrutura do emprego é hoje mais complexa que no passado, como demonstra o fato de que a escolaridade dos desempregados vem aumentando sem que isso provoque uma redução significativa das elevadas taxas de desemprego. Em razão disso, resulta ilusório supor que o problema do desemprego possa ser amenizado por meio do aumento dos índices de escolarização. (CASTRO, 2004, p. 84).

Acreditar somente na formação educacional como processo de mudança é corroborar com a visão idealista e utópica. Conforme exemplo da própria história, é insuficiente pensar em mudanças educacionais com o propósito de corrigir os efeitos ou defeitos do capital. Por outro lado, o espaço da educação é fundamental como estratégia articulada às ações de transformação.

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa

contribuição da educação no seu sentido amplo [...] E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades de transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76-77).

As conclusões da tese de Ilma Machado (2003, p. 302), com base em estudo sobre a organização do trabalho pedagógico em escola de assentamento do Mato Grosso, evidenciam que não existe, ainda, uma discussão avançada sobre a relação entre educação e trabalho (para e pelo trabalho). As iniciativas estão voltadas mais para o chamado trabalho doméstico (limpeza do pátio, embelezamento, auto-organização das crianças no tocante ao próprio corpo e aos seus materiais de estudo); na prática, não conseguem estabelecer uma relação direta entre trabalho manual e intelectual, embora reconheçam a importância desses dois tipos de trabalho, mostrando essa visão aos alunos.

Tal situação também é observada por Souza (2006), ao afirmar que o trabalho coletivo é um princípio educativo no movimento social, embora nas escolas ele nem sempre esteja presente.

Ruschel (2001), em pesquisa desenvolvida na Escola Agrícola 25 de Maio, em Fraiburgo (SC), analisa a experiência da Cooperativa dos Estudantes para a Reforma Agrária (CEPRA, a qual tem por finalidade proporcionar espaços de vivências coletivas para a formação de sujeitos para a luta social. O autor observa que a cooperativa tem permitido aos estudantes espaços de organização, de planejamento, de crítica, de autocrítica e de convivência coletiva. No entanto, a proposta encontra dificuldades porque é uma experiência isolada dentro dos assentamentos, que trabalham de forma individual e para o mercado. Percebe que a cooperação na escola, assim como nos assentamentos, encontra limites no interior das velhas relações de produção.

Instituiu-se uma cooperativa dos estudantes para que eles aprendessem a cooperar entre si, mas a realidade ao seu redor nega a cooperação: os pais trabalham

nos seus lotes individuais e as cooperativas dos assentados passam por dificuldades econômicas. Assim sendo, os alunos estão aprendendo, na CEPRA, para o futuro, para serem futuros trabalhadores cooperados. Pretende-se que a educação dê conta de criar homens e mulheres novos. No entanto, como criar uma educação diferenciada em um meio que não propicia isso? (RUSCHEL, 2002, p. 125).

A mesma contradição é apontada na pesquisa de Menezes Neto (2003, p. 149-150) sobre o Curso Técnico de Administração de Cooperativas, desenvolvido no ITERRA:

O mundo do trabalho está articulado à teoria, no TAC, pelo significado real que este mundo tem para os alunos. O trabalho é sua condição de subsistência, mas é também a sua identidade social. A administração de cooperativas é um fato concreto para os alunos, e eles desejam conhecer cada processo de trabalho, com todas as suas contradições. Um dos maiores problemas enfrentados pela proposta de uma escola unitária e crítica situa-se no âmbito da inserção desta escola em uma sociedade já marcada pela divisão de classes e, conseqüentemente, pela divisão social do trabalho.

Se, por um lado, observamos que novas relações praticadas nas escolas possuem dificuldades de se materializar no contexto social, num sentido inverso, existem análises que remetem às dificuldades de avanço enfrentadas pelas cooperativas, pela inexistência de formação para a cooperação. Uma pesquisa de Souza (2006) indica que alunos e egressos do ITERRA dizem não terem condições de aplicar seus conhecimentos nos assentamentos; por outro lado, assentados e cooperados continuam a reclamar da falta de pessoal qualificado.

Ribeiro (2004, p. 186) realiza uma crítica a algumas escolas, por não estarem realmente voltadas à formação para a cooperação:

As pesquisas e os estudos feitos sobre as organizações cooperativas têm apontado para a impropriedade da formação oferecida pela educação escolar

básica e profissional, que, ao longo da história, tem tido como eixo a preparação para o mercado de trabalho. Nesta preparação têm predominado princípios, ensinamentos, valores e práticas voltados para a subordinação, a obediência e a competição, incompatíveis com a autogestão, a cooperação e a solidariedade, valores estes que se devem constituir nos fundamentos das organizações efetivamente cooperativas de trabalho.

Para Ribeiro (2002), a educação torna-se para o movimento social uma estratégia para a sobrevivência e o fortalecimento das cooperativas. A autora tem analisado, por meio de suas pesquisas, a relação entre a educação escolar e a formação para o trabalho cooperativo no âmbito da agricultura familiar, junto a associações cooperativas, trabalhadores vinculados aos movimentos sociais do campo – Via Campesina e MST, escolas técnicas agrícolas estaduais (RS) e cursos técnicos agrícolas mantidos por movimentos sociais. Concepções de trabalho cooperativo, formação e educação escolar, articuladas a estudos sobre cooperativismo, apontam a formação como imprescindível à organização do trabalho cooperativo.

### **A dimensão econômica das atividades cooperadas no mundo da mercadoria**

As pesquisas que questionam as cooperativas do MST que se transformam em empresas capitalistas e produzem para o mercado cumprem um importante papel de crítica à lógica economicista que predominou em experiências cooperativistas de assentamentos rurais, especialmente as cooperativas de comercialização e de serviços. Entretanto, elas têm dificuldades de apontar positivamente as possibilidades de superação presentes em tais experiências, por não identificar suas contradições, de afirmação e negação da lógica capitalista.

Marx considerou as cooperativas como importantes experiências em que os próprios trabalhadores podem assumir o controle da produção, com base nos padrões mais avançados de escala e técnica. Além disso, as fábricas-cooperativas poderiam ser consideradas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social.

Para Fabrini (2003), a prioridade do MST/Concrab às cooperativas colocou a dimensão econômica como referência das atividades coletivas nos assentamentos, entretanto elas não têm apresentado resultados econômicos satisfatórios.

A proposta de cooperação por meio das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para a viabilidade econômica dos assentamentos. A necessidade de organizar uma cooperativa que possa produzir mercadoria e integrar-se ao mercado acaba sendo a forma de construir a resistência.

A lógica de inserção no mercado sobrepõe os interesses “acumulativos” às necessidades básicas de cada assentado. Assim, há a necessidade de produção em escala cada vez maior para gerar excedentes.

A lógica empresarial da COAGRI, cooperativa pesquisada por Fabrini (2003) no Paraná, estava tão incorporada à dinâmica mercantil/capitalista, que o assalariamento dos trabalhadores da cooperativa, por exemplo, não se constituía numa questão que incomodava a direção.

A relação de trabalho nas Cooperativas de Produção Agrícola do MST, segundo pesquisas acadêmicas e documentos do próprio MST, implica assalariamento. Ainda que não se constitua numa relação tipicamente capitalista, composta de patrão e empregado, os trabalhadores recebem pela quantidade de horas trabalhadas; portanto, seu trabalho (ou sua força de trabalho) tem um preço, assim como toda mercadoria. O trabalho não é remunerado em função do tipo de atividade que desenvolvem, em função da produção de coisas úteis, pelo chamado trabalho concreto. Portanto, ele tem um valor de troca no mercado, constituindo-se em trabalho social abstrato.

Marx observou que o trabalho cria um novo valor em quantidade superior ao custo da força de trabalho. A diferença entre seu custo e o valor por ela produzido constitui a mais-valia. A força de trabalho é considerada pelo autor como uma mercadoria que, assim como as outras, tem um valor de uso e um valor de troca. O primeiro refere-se ao trabalho concreto desenvolvido pelo trabalhador para valorização do capital. O segundo aparece na forma mistificada de salário, como valor de troca. É o trabalho humano abstrato, igual, geral, que subtrai as energias físicas e intelectuais do trabalhador. É o trabalho alienado (MARX, 1989).

Os trabalhadores das cooperativas só recebem o valor necessário à sua sobrevivência, à sua manutenção como trabalhadores, visando à sua

reprodução. Existe produção de trabalho excedente na produção associada. Porém, trata-se de outra natureza de produção, que não a capitalista, na qual, necessariamente, o trabalho excedente está em relação com a apropriação de parte do trabalho por um capitalista, fato que não ocorre na produção cooperativada. Luxemburgo (1986) considera a cooperativa como uma pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista.

A exploração, independente de ser no espaço concentrado da fábrica, no serviço domiciliar, na agricultura familiar ou no comércio ambulante, se inicia quando os homens deixam de trabalhar para a própria sobrevivência e passam a trabalhar para a produção de excedentes e para a satisfação de necessidades alheias.

Além disso, há outras formas que diferem do aparente ideal moderno e capitalista de assalariamento. O desenvolvimento das atuais formas do trabalho social abstrato, com incremento do setor de serviços e de atividades em que não há produção de mercadoria concreta para o capitalista, requer que enxerguemos o caráter coletivo da exploração do trabalho, mesmo diante da não-produção direta e concreta de mais-valia. Logo, o valor final da mercadoria incorpora tais valores, e os trabalhadores, desempregados, domésticos, agricultores, contribuem para o lucro do capitalista.<sup>3</sup>

Sobre a divisão do trabalho nas cooperativas, é interessante observar, no *Caderno de cooperação agrícola* que trata do SCA, a noção de cooperação que o sustenta: “[...] é o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho”. Portanto, cooperação é sinônimo de trabalho social e coletivo, aquele que está na base do modo de produção capitalista.

Mészáros (2002) chama a atenção para o sistema de sociometabolismo do capital como um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho. O modo específico de controle sociometabólico não reconhece fronteiras. Suas unidades econômicas não necessitam nem são capazes de auto-suficiência, visto ser um sistema global.

Somam-se a orientação da cooperativa para o consumo de produtos industrializados pelos assentados; a organização da produção semelhante à indústria; e a padronização do processo produtivo.

Sobre o incentivo para o consumo de produtos industrializados pelos assentados, numa produção cada vez menor para o consumo, lembramos novamente Mészáros (2002, p. 110), quando se refere ao “trabalhador-cliente-consumidor”:

O trabalhador como *consumidor* desempenha um papel de grande (ainda que muito variável ao longo da história) importância no funcionamento saudável do sistema do capital. Seu papel varia segundo o estágio mais ou menos avançado de desenvolvimento do capital, o que na verdade significa uma tendência a aumentar seu impacto no processo de reprodução.

Tal fato corrobora com a tese central do autor, referente à taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas.

Diante das dificuldades econômicas enfrentadas por grande parte destas cooperativas, somado ao pequeno número de assentados organicamente envolvidos, o MST vem ensaiando alterações nas formas de organização das áreas.<sup>4</sup> As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), que se organizam de forma plenamente coletiva, assim como as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as quais consistem em organizações maiores, cooperando especialmente na comercialização, continuam alternativas válidas, mas não esgotam as muitas formas possíveis de cooperação. A organização coletiva do trabalho e da vida no campo deve contemplar a todos, como forma que permite maior consciência social dos agricultores. Neste sentido, o MST tem motivado o surgimento de formas distintas de cooperação, que podem estar relacionadas ao trabalho, à moradia, à comercialização, à escola, às mulheres, às atividades temporárias ou permanentes. Entende-se que as formas mais simples são embriões de formas mais complexas de cooperação. Também se sinaliza para que a cooperação aconteça através de mutirões, ajuda mútua, como a troca de dias de trabalho, colheita coletiva, pequenos grupos que compartilham os meios de produção e a colheita, e não apenas na forma de horas de trabalho e salário, ou a constituição jurídica dos grupos.

No campo da produção agrícola, pretende-se que esta não se volte exclusivamente para o mercado, mas enfatize a produção ampla de subsistência, cuja diversificação permitiria melhor qualidade de vida às famílias e maior resistência econômica em períodos de crise. A produção para o mercado deve estar casada com estratégias de desenvolvimento nas regiões, aglutinando os assentamentos entre si, tendendo a favorecer formas alternativas de comércio e maior valor agregado aos produtos. A transição para formas de produção agroecológica tem sido cada vez

mais enfatizada pelo Movimento, mas ainda são poucas as experiências nesta direção.

### **Redução da cooperação à cooperativa**

O paradigma da Concrab/MST na década de 1990 é de que cooperação é igual à cooperativa ou se dá através dela (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

O próprio MST reconhece o reducionismo de muitas experiências em assentamentos. Exemplo disso é o texto publicado de Carvalho (1999). O autor relata que, no período de 1986 a 1989, o paradigma que prevalece nas cooperativas se baseia na constituição espontânea/induzida de pequenos grupos de cooperação entre os assentados; a partir de 1989, a idéia de coletivização da produção começa formalmente a perpassar o discurso hegemônico, resultando na constituição da CPA. A partir daí, a coletivização institui-se de forma abrupta como cooperativa, desconsiderando as experiências objetivas e subjetivas da prática histórica de cooperação entre os trabalhadores rurais. “A diretriz política de desenvolver-se as mais diversas formas de cooperação ficou, na prática, superada pela forma cooperativa” (CARVALHO, 1999, p. 29).

Carvalho (1999) considera o SCA como um sistema institucional técnico-burocrático de cooperativa, o qual reduz as formas de cooperação à forma cooperativista. Vai mais além, ao criticar no interior do MST a redução do processo de luta de classes às lutas imediatistas de reivindicação e de protesto: “O SCA tornou-se a base da organicidade do MST, ao menos durante um determinado período (exemplo 1994 a 1997), essa tendência deveu-se mais às opções imediatistas e pragmáticas da direção política do que por decisões internas do SCA” (CARVALHO, 1999, p. 37).

Fabrini (2003, p. 161) observa como problema a concepção de cooperativa elaborada pela direção do MST, inspirada na visão empresarial de gestão e racionalidade econômica do mundo da mercadoria. A contratação do gerente comercial, por exemplo, saído dos meios empresariais com especialidade na área de comercialização de grãos é um fato que evidencia como as questões econômicas eram consideradas importantes para a direção da COAGRI.

Quando as cooperativas se transformam em empresas capitalistas, tornam inevitável a contradição entre o ideário e a prática, e por isso elas não se sustentam com a supressão do lucro.

A centralização do capital, em decorrência da produção de valor, não poupa os processos cooperativos, fazendo com que tenham vida curta. A concentração de riqueza coloca em xeque não apenas uma alternativa econômica de produção, mas as relações de poder, alterando-as a seu modo. Observam-se, assim, falência e dificuldades para sobrevivência de cooperativas.

Desta forma, as fábricas-cooperativas, segundo Marx (1983), não podem ser analisadas isoladamente, mas como um elemento de uma totalidade, de modo que as mudanças que se manifestam nelas refletem mudanças no modo de produção.

Pesquisas indicam, ainda, que o enfraquecimento dos núcleos nos assentamentos contribui e/ou foi consequência do predomínio da tendência economicista-empresarial nas cooperativas.

Segundo Machado (2003), a atuação dos núcleos, que era efetiva nos anos anteriores, decaiu em 2001. Diversos são os motivos apontados pelas lideranças, mas o principal está associado à incorporação de trabalhadores ao assentamento diretamente pelo INCRA, sem experimentar o processo de mobilização e luta do MST, havendo, também, aqueles que abandonaram a luta do MST, passando a intitular-se “Grupo do INCRA”.

### **O velho e o novo nas cooperativas**

Nesta concepção, estão os autores que buscam fazer uso das categorias do materialismo histórico-dialético, como contradição e superação. Observa-se um esforço de ir além da forma cooperativa para apreender o conteúdo das relações que lá se estabelecem em conexão com a totalidade.

Tomam como pressuposto a seguinte afirmação de Marx (1982, p. 417), retirada do *Dezeto Brumário de Louis Bonaparte*: “Os homens fazem a sua história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Sizannoski (1998) analisa a experiência dos trabalhadores da COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga – PR) com base nos seguintes pressupostos:

- ♦ as CPAs são organizações diferentes das cooperativas capitalistas, pois têm uma forma de organização interna coletiva, uma base social igualitária, e objetivos econômicos e políticos diferentes;
- ♦ por serem autogestionadas e estarem inseridas na relação capitalista, as CPAs têm uma potencialidade contraditória.

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), dos assentamentos de reforma agrária, constituem-se numa experiência singular de autogestão. Elas emergem na ação de um movimento social na luta pela terra, e se consolidam a partir da necessidade de organizar coletivamente a produção. Mas estas cooperativas autogestionadas estão inseridas no contexto capitalista, evidenciando contradições, pois, ao mesmo tempo, há adequação e resistência ao sistema econômico dominante. (SIZANNOSKI, 1998, p. 62) A forma cooperativa facilita o sucesso econômico e a forma autogestionada assegura o enfrentamento à sociedade capitalista. Mas o aspecto econômico pode levar ao desmantelamento do projeto alternativo de sociedade, fazendo com que ela se torne uma empresa capitalista, onde a busca do lucro se coloca acima de qualquer outro objetivo. (SIZANNOSKI, 1998, p. 63)

Para Pedrazzani (2006), as possibilidades das cooperativas são limitadas, pois estas experiências, inseridas no modo de produção capitalista, exprimem contradições ao mesmo tempo em que as contestam. E é assim que está sendo construída a possibilidade de transição social na forma de assentamentos do MST.

As cooperativas, para o MST e para os assentados, não são um fim em si mesmas, mas meios para alcançar fins. Elas tornam-se mecanismos de sobrevivência por mais tempo no meio rural, dão mais força política e barganha aos assentados e ao MST, mas ao mesmo tempo, reproduzem o modo excludente de produção ao qual os próprios assentados já foram vítimas. Tenta-se algo novo, mas baseado no velho. (PEDRAZZANI, 2006, p. 89).

Nesse empreendimento, as tarefas imediatas e as suas estruturas estratégicas globais não podem ser separadas ou opostas umas às outras.

Com efeito, também o imediato tem sua validade relativa e sua reivindicação relativamente justificável para a ação comprometida. Obviamente, ignoramos essa circunstância por nosso próprio risco. Mas não podemos esquecer – ou ignorar e muito menos desconsiderar deliberadamente, no interesse da autojustificação, como muito freqüentemente é o caso – a inevitável escala de tempo de *mais longo prazo* das transformações, mesmo quando atuando sob a pressão das determinações de *curto prazo*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 330).

Nesta direção, as cooperativas não podem ser consideradas como um fim, mas como um meio. E a forma não pode determinar o conteúdo.

Uma das questões presentes em todos os assentamentos pesquisados por Souza (2006, p. 154) é a expectativa que se cria a respeito dos resultados da cooperação agrícola. Todos entram pensando que o retorno econômico será rápido e em quantidade. Após a primeira safra, a decepção contribui para que a família desista do coletivo, procurando outras alternativas que possam trazer o retorno econômico idealizado.

A força do ideário capitalista tem grande responsabilidade nas tensões existentes no modo de vida.

São tensões entre o pensar coletivo e o fazer individual, entre o líder e o assentado, entre o cultivar produtos tradicionais e o participar das inovações tecnológicas na esfera da agroecologia. É o conflito gerado entre o novo e o velho, entre o capitalista e o camponês, entre o socialismo e o capitalismo. (SOUZA, 2006, p. 157).

Na mesma direção, Machado (2003) identifica que um sentimento tipicamente associado à etapa do assentamento é o de ser dono, ser proprietário, o que, por um lado, se associa à idéia de liberdade, pela desobrigação de vender a força de trabalho e, por outro, à falsa idéia de auto-suficiência, que conduz ao individualismo, no qual cada dono de

“sítio” age por conta própria. Tais sentimentos e atitudes chocam-se com a perspectiva de organização coletiva colocada pelo MST, dificultando, de certa forma, a estruturação do assentamento, que exige permanentes gestões junto aos poderes públicos no sentido de serem atendidas as reivindicações e os projetos de infra-estrutura e de caráter social, tais como saúde e educação.

Até mesmo no interior dos assentamentos coletivos, observamos relações semelhantes às negadas pelo MST. No entanto, em certa medida, são consideradas menos prejudiciais do que aquelas praticadas nas experiências individuais, conforme pesquisa empreendida por Dalmagro (2002, p. 139):

O estudo que realizamos no Assentamento Conquista na Fronteira, cujas relações produtivas são totalmente coletivas, buscando viver de uma forma mais humana, justa, democrática, revela as dificuldades de eliminar o caráter de exploração do trabalho. Por outro lado, os elementos deseducativos do trabalho nesse assentamento são amenizados à medida que aquelas pessoas são trabalhadores e também coordenadores, capazes de decidirem sobre o que realizam (ainda que parcialmente), possuem controle (também parcial) das atividades e adquirem maior nível de especialização.

Assim, a cooperação é indicada nos documentos e nas ações do MST como forma superior de organização do trabalho. Porém, tendo em vista a materialidade que ora se apresenta, essas propostas e experiências enfrentam dificuldades para se consolidar.

As conclusões a que chega Sizannoski (1998) indicam que as CPAs, por si só, sem o ideário do MST, se configuram como empresas capitalistas. Suas possibilidades, como organizações autogestionadas, dependem da presença do Movimento organizado.

Experiências de autogestão no capitalismo abarcam, necessariamente, uma contradição, que expressa uma luta entre o velho e o novo, entre velhas e novas relações sociais. Assim, pensamos as CPAs como uma cooperativa autogestionada, que, inserida no capitalismo,

constitui-se num meio de luta e que, como tal, gesta uma subjetividade rumo a novas relações sociais. Este tipo de experiência é conflitivo em relação ao modo de produção dominante e a capacidade deste em oprimi-la é muito grande, pois ela está em oposição não só em relação às categorias objetivas da própria reprodução das relações de produção, mas também em relação a valores, que, com o atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, são tecidos em escala global. Este contexto, de neoliberalismo e globalização, ao mesmo tempo em que impõe inúmeras barreiras, também amplia a importância da experiência das CPAs, pois elas expressam uma recusa à idéia de ‘fim da história’, da inevitabilidade do avanço do capitalismo. Pelo contrário, apontam uma alternativa e, mesmo nos seus limites, propicia um exercício crítico que leva à conclusão de que é possível não naturalizar a história. (SIZANNOSKI, 1998, p. 129).

## **Conclusões**

As reflexões que apresentamos neste artigo tiveram como base a análise de um conjunto de dissertações e teses que se propuseram a pesquisar experiências de cooperativas no interior de assentamentos de reforma agrária vinculados ao Movimento dos Sem Terra, em diferentes regiões do País, com experimentos diversos de cooperativas (de crédito, de comercialização e de produção). Além disso, as produções foram desenvolvidas em áreas de conhecimento diversas bem como em várias instituições universitárias do Brasil.

Com isso, tivemos possibilidade de fazer uma análise mais ampla que considerasse as particularidades. Estas indicaram que os obstáculos e os avanços dos experimentos cooperativos coordenados pelo MST são, de um modo geral, comuns e expressam a contradição em que estão colocadas, enfrentando cotidianamente a força da manutenção das atuais relações sociais (por meio da produção de excedentes, do assalariamento, da produção para o mercado, etc.) e a força da superação (por meio da autogestão, da organização coletiva e da vinculação a um movimento social organizado).

O enfrentamento do capital impõe a sua negação, mas especialmente a construção de uma alternativa positiva. Para Mészáros (2002), o MST tenta enfrentar uma tarefa extremamente difícil de unir a esfera produtiva material à política, fazendo-o de formas diferentes, mas complementares. Ele “[...] está abrindo caminho no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33).

Ainda que muitos problemas tenham sido identificados nas cooperativas do MST, há consenso entre os pesquisadores estudados e apresentados ao longo deste texto de que não é possível construir alternativas individualmente. O coletivo continua sendo superior.

## Notas

- 1 As dissertações e teses foram desenvolvidas em programas de pós-graduação nas seguintes áreas: Educação, Geografia, Sociologia, História, Psicologia, Serviço Social, Economia, Administração, Engenharia Agrícola, Extensão Rural e Engenharia de Produção.
- 2 Por trás desta situação, há uma extraordinária concentração da propriedade rural, em que o Brasil é campeão mundial. Pelos dados do censo de 1995–1996, o índice de Gini (indicador que permite verificar o grau de concentração da terra) é de 0,86 (o qual indica uma concentração muito forte). Como praticamente nada mudou, em 2000, o índice provavelmente alcança a faixa de extrema concentração, afirma Carvalho (2003).
- 3 Sobre isto, ver: Oliveira (2003).
- 4 Ver: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (2004) e Martins (2006).

## Referências

CARVALHO, Horácio M. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989–1999). In: CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. *A evolução da concepção agrícola do MST: 1989 a 1999*. São Paulo, 1999. (Caderno de Cooperação Agrícola, 8 ).

CARVALHO, Horácio M. *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, ano 1, n. 23, ago. 2003.

CASTRO, R. Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n.1, p. 79-92, jan./jun. 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. [Alagoas], 2008. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em: 6 de março de 2008.

CHRISTOFFOLI, P. I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. *Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Brasil*. São Paulo, 2004. Mimeografado.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. *A evolução da concepção agrícola do MST: 1989 a 1999*. São Paulo, 1999. (Caderno de Cooperação Agrícola, 8).

DALMAGRO, S. L. O trabalho na pedagogia do MST. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 133-152.

DALMAGRO, S. L. *Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira*. 2002. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FABRINI, J. E. *A resistência camponesa nos assentamentos dos sem-terra*. Cascavel: Edunioeste, 2003. (Coleção Thésis).

FIOD, E.G. *Mitos educacionais e desigualdade social*. Florianópolis, 2006. Mimeografado.

LUXEMBURGO, R. Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política. In: LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Global, 1986. (Coleção Bases, volume 48)

MACHADO, I. F. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da Antigüidade aos nossos dias*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Adalberto. Um novo impulso para a organização dos assentamentos e da cooperação. *Boletim da Educação*, São Paulo, n. 11, ed. esp., 2006.

MARX, K. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições “Avante!”, Moscovo: Edições Progresso, 1983. Tomo I.

MARX, K. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições “Avante!”, Moscovo: Edições Progresso, 1983. Tomo II.

MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. (Org.). *K. Marx, F. Engels: história*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MENEZES NETO, A. J. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quarter, 2003.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MOHR, N. S. R. *Formação para o trabalho no contexto do MST*. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação – Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assentamentos do MST 2004*. [S.l.]: IbBrasil, [2007]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2007.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEDRAZZANI, G. S. *Criação e falência de Cooperativa no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina*: quando a solução vira problema. 2006. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RIBEIRO, M. Formação cooperativa e educação escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002. p. 91-110.

RIBEIRO, M. Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n.1, p. 167-194, jan./jun. 2004.

RUSCHEL, V. B. *Cooperação e trabalho na escola do MST: a Cooperativa dos Estudantes da Escola Agrícola de 1º grau 25 de maio*. 2001. [130f]. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RUSCHEL, V. B. Pedagogia da organização coletiva: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola 25 de Maio. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 111-131.

SIZANNOSKI, R. *O novo dentro do velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)*. 1998. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, M. A. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

SOUZA, M. A. *Educação e movimentos sociais do campo: análise do conteúdo das teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação*. Curitiba, 2006a. Relatório parcial de pesquisa.

## The relationship between work, cooperation and education in studies about the Landless Farmworkers Movement

### Abstract:

This article is the fruit of an analysis of dissertations and theses about the Landless Farmworkers Movement (MST) found in Capes' thesis database, in particular those studies concerning the relationship between work, cooperative principles and education. We highlight the studies that evaluate the cooperative experience within the Movement, based on different concepts: those that understand that the problems of the cooperatives are related to the limitations of the members of the cooperative and/or of the MST; those which understand a relationship between the success or failure of the cooperative and the political and technical training of the members; those which criticize an emphasis on the economic element of collective activities at the settlements, inspired by a business perspective of management and economic rationality; those which criticize limiting the application of cooperative principles to the cooperative itself; and finally those that analyze the limits of and possibilities for cooperatives in the capitalist mode of production, identifying the tensions between the old and the new.

**Key words:** Landless Farmworkers Movement (MST). Rural Social Movements. Cooperatives.

## La relación entre trabajo, cooperación y educación en las investigaciones sobre los Movimientos de los Trabajadores Rurales sin Tierra

### Resumen:

El presente artículo es fruto del análisis sobre la producción académica (tesis de maestrías y de doctorado disponibles en el Banco de Tesis de la CAPES) sobre el tema del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en especial sobre las investigaciones que abordan la relación entre trabajo, cooperación y educación. Destacamos las investigaciones que evalúan la experiencia cooperativista en el interior del Movimiento con base en diferentes concepciones: los que comprenden que los problemas de la cooperativa señalan los límites de los propios cooperados del MST; los que establecen una relación entre suceso y falta de suceso de la cooperativa y la formación política y técnica de los cooperados; los que critican el énfasis en la dimensión económica de las actividades colectivas en los asentamientos, inspirada en la visión empresarial de gestión y racionalidad económica del mundo de la mercancía; los que critican la reducción de la cooperación a la cooperativa; y, finalmente, los que analizan los límites y las posibilidades de las cooperativas en el mundo de producción capitalista, identificando las tensiones entre lo viejo y lo nuevo.

**Palabras-clave:** Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Movimientos sociales rurales. Cooperativas.

**Célia Regina Vendramini**

Endereço: Rodovia João Paulo, 1030, Bl. C, apto 101, Bairro João Paulo

CEP: 88030-300 – Florianópolis – SC

Fone: (48) 3238-1648 (res.) – (48) 3721-9245 (UFSC)

*E-mail:* cvendram@ced.ufsc.br

**Recebido em:** 3/4/2008

**Aprovado em:** 5/7/2008